AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS AO USO/CONSUMO OU À INTEGRAÇÃO DO ATIVO FIXO. DESTINATÁRIO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO. 1. O cerceamento de defesa só se configura quando restar comprovado que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. 2. A aquisição de mercadorias, destinadas ao uso/consumo ou à integração ao ativo fixo, efetuada de outra unidade da Federação, por destinatário contribuinte do imposto estadual, configura fato gerador do ICMS - Diferencial de Alíquotas, conforme premissa constitucional. 3. O benefício fiscal previsto na Lei n. 7.488/2010 não tem aplicação automática, está condicionado à regulamentação por meio de normas complementares do Poder Executivo. 4. Deixar de recolher ICMS - Diferencial de Alíquotas, relativo à operação com mercadoria, oriunda de outra unidade da Federação, destinada à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 20/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9081 - 1ª CPJ - RECURSO N. 19795 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 032019510000174-5). CONSELHEIRA RELATORA: MARILOURDES CAVALHEIRO CARDOSO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS AO USO/CONSUMO OU À INTEGRAÇÃO DO ATIVO FIXO. DESTINATÁRIO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO. 1. O cerceamento de defesa só se configura quando restar comprovado que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. 2. A aquisição de mercadorias, destinadas ao uso/consumo ou à integração ao ativo fixo, efetuada de outra unidade da Federação, por destinatário contribuinte do imposto estadual, configura fato gerador do ICMS - Diferencial de Alíquotas, conforme premissa constitucional. 3. O benefício fiscal previsto na Lei n. 7.488/2010 não tem aplicação automática, está condicionado à regulamentação por meio de normas complementares do Poder Executivo. 4. Deixar de recolher ICMS - Diferencial de Alíquotas, relativo à operação com mercadoria, oriunda de outra unidade da Federação, destinada à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 20/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9080 - 1ª CPJ - RECURSO N. 19793 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 032019510000173-7). CONSELHEIRA RELATORA: MARILOURDES CAVALHEIRO CARDOSO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS AO USO/CONSUMO OU À INTEGRAÇÃO DO ATIVO FIXO. DESTINATÁRIO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO. 1. O cerceamento de defesa só se configura quando restar comprovado que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. 2. A aquisição de mercadorias, destinadas ao uso/consumo ou à integração ao ativo fixo, efetuada de outra unidade da Federação, por destinatário contribuinte do imposto estadual, configura fato gerador do ICMS - Diferencial de Alíquotas, conforme premissa constitucional. 3. O benefício fiscal previsto na Lei n. 7.488/2010 não tem aplicação automática, está condicionado à regulamentação por meio de normas complementares do Poder Executivo. 4. Deixar de recolher ICMS - Diferencial de Alíquotas, relativo à operação com mercadoria, oriunda de outra unidade da Federação, destinada à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 20/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9079 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20033 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 812021510001641-9). CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO ALEXANDRE DOS SANTOS ALEIXO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. 1. A responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o art. 155, §2º, VII e VIII, da Constituição Federal de 1988, é atribuída ao destinatário, quando este for contribuinte do ICMS. 2. Deixar de recolher o ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso e consumo, quando em situação de ativo não regular, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à imposição de penalidade. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 13/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9078 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20005 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 812021510001649-4). CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO ALEXANDRE DOS SANTOS ALEIXO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. 1. A responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o art. 155, §2º, VII e VIII, da Constituição Federal de 1988, é atribuída ao destinatário, quando este for contribuinte do ICMS. 2. Deixar de recolher o ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso e consumo, quando em situação de ativo não regular, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à imposição de penalidade. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 13/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9077 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20503 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012022510000555-2). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. REMESSA COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO AINF. 1. Correta a decisão singular que, de acordo com diligência e provas dos autos, julga improcedente o AINF. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 13/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9076 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20395 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 022018510000156-6). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. SERVIÇO DE TRANSPORTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RECURSO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Não deve ser conhecido o recurso, quando interposto de forma intempestiva. 2. O trânsito em julgado da decisão singular impede a apreciação da matéria na instância superior, quando o recurso voluntário é intempestivo. 3. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 06/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9075 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20455 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012022510000504-8). CONSELHEIRA RELATORA: JOSIANE SEIXAS DE OLIVEIRA. EMENTA: ICMS. EXPORTAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO. 1. O ICMS não incide sobre operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços. 2. Deve ser mantida a decisão de primeira instância que declara a improcedência do lançamento tributário quando, apoiada nos documentos constantes dos autos, identifica a inclusão no levantamento fiscal de operações não sujeitas à incidência do ICMS. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 06/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9074 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20567 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012022510000489-0). CONSELHEIRA RELATORA: JOSIANE SEIXAS DE OLIVEIRA. EMENTA: ICMS. EXPORTAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO. 1. O ICMS não incide sobre operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços. 2. Deve ser mantida a decisão de primeira instância que declara a improcedência do lançamento tributário quando, apoiada em diligência e nos documentos constantes dos autos, identifica a inclusão no levantamento fiscal de operações não sujeitas à incidência do ICMS. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 06/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9073 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20725 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 812022510005265-0). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CÉLIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. MERCADORIAS ORIUNDAS DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO, DESTINADA AO USO/CONSUMO. ATIVO NÃO REGULAR. RECOLHIMENTO ANTECIPADO. 1. A situação de ativo não regular impõe o dever de recolher antecipadamente o ICMS - Diferencial de Alíquotas, no ato da entrada das mercadorias em território paraense. 2. Deixar de recolher ICMS no momento da entrada de mercadorias oriundas de outra unidade da Federação, destinada ao uso/consumo, quando em situação de ativo não regular, constitui infração tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais devidas. 3. Deve ser mantida a decisão singular pela procedência do AINF e do crédito tributário. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 01/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9072 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20723 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 812022510004729-0). CONSELHEIRA RELATORA: REGINA CÉLIA NASCIMENTO VILANOVA. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. MERCADORIAS ORIUNDAS DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO, DESTINADA AO USO/CONSUMO. ATIVO NÃO REGULAR. RECOLHIMENTO ANTECIPADO. 1. A situação de ativo não regular impõe o dever de recolher antecipadamente o ICMS - Diferencial de Alíquotas, no ato da entrada das mercadorias em território paraense. 2. Deixar de recolher ICMS no momento da entrada de mercadorias oriundas de outra unidade da Federação, destinada ao uso/consumo, quando em situação de ativo não regular, constitui infração tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais devidas. 3. Deve ser mantida a decisão singular pela procedência do AINF e do crédito tributário. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 01/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9071 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20773 - VOLUNTÁRIO (PROC/AINF N. 032021510000227-8). CONSELHEIRO RELATOR: GUILHERME FONSECA DE OLIVEIRA MELLO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. MERCADORIAS DESTINADAS AO USO E CONSUMO E AO ATIVO PERMANENTE. SOLIDARIEDADE. 1. Nas matérias de competência legislativas concorrentes entre os estados e a União, a lei estadual exercerá competência legislativa plena até que seja editada lei de normas gerais nacional. 2. Quando se tratar de DIFAL destinado a não contribuinte, o estado poderá exigir seu recolhimento solidariamente, tanto do remetente contribuinte, quanto do destinatário. 3. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação destinada à integração ao ativo permanente do estabelecimento constitui infração à legislação tributária sujeita às penalidades legalmente previstas. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 01/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9070 - 1ª CPJ - RECURSO N. 20771 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 032021510000227-8). CONSELHEIRO RELATOR: GUILHERME FONSECA DE OLIVEIRA MELLO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. REMESSA DE MERCADORIAS A CONSUMIDOR FINAL. SOLI-